

UMA LEITURA DISJUNTIVA DE *OS GUAIANASES: CONTO HISTÓRICO SOBRE
A FUNDAÇÃO DE S. PAULO* (1860), DE COUTO DE MAGALHÃES

*A DISJUNCTIVE READING OF OS GUAIANASES: CONTO HISTÓRICO SOBRE A
FUNDAÇÃO DE S. PAULO (1860), BY COUTO DE MAGALHÃES*

Thiago Lenz¹

RESUMO: Este trabalho pretende realizar um exercício de leitura disjuntiva do romance *Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo* (1860), de José Vieira Couto de Magalhães. O enredo está centrado no conflito entre jesuítas e portugueses em torno da escravização do indígena, amplamente empregada pelos colonos portugueses. Embora condenassem a escravização, os jesuítas também empregavam a mão de obra indígena em seu colégio, circunstância que evoca a parcialidade do narrador e aproxima os religiosos dos interesses coloniais.

Palavras-chave: disjunção; indígenas; escravização.

ABSTRACT: This paper intends to perform a disjunctive reading exercise of the novel *Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo* (1860), by José Vieira Couto de Magalhães. The plot is centered on the conflict between Jesuits and Portuguese over the enslavement of the indigenous people, widely employed by Portuguese settlers. Although they condemned slavery, the Jesuits also employed indigenous labor in their school, a circumstance that evokes the narrator's partiality and brings the Jesuits closer to the colonial interests.

Keywords: disjunction; indigenous; slavery.

INTRODUÇÃO

Em 1860, José Vieira Couto de Magalhães (1837–1898) publicou, pela Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, *Os Guaianases: conto histórico sobre*

¹ Mestre, UFPR.

a *fundação de S. Paulo*. Publicado também em folhetim pelo *Correio Paulistano*, o romance de 156 páginas assenta seu enredo no conflito entre as povoações de Santo André e São Paulo de Piratininga no século XVI, motivado pelas tensões entre colonos portugueses e jesuítas quanto à subtração do indígena para o trabalho escravo.

O narrador assume explicitamente a posição dos jesuítas ao condenar a escravidão indígena emplacada por colonos portugueses em Santo André, justificando tão logo o trabalho de catequização do padre Manoel Paiva e de outros jesuítas. Estabelecidos em 1553 na povoação de São Paulo de Piratininga, os religiosos trataram de construir um convento e de *persuadir* os nativos daquela localidade a fixarem-se próximos. Questionado por seu congênere Nunes quanto ao êxito dos empreendimentos religiosos entre os indígenas, o padre Paiva respondeu:

Temos sido bem sucedidos, senhor; e desde que por ordem de vossa paternidade transpusemos a serra de Paranapiacaba o ano passado, eu e os 14 padres de nossa ordem temos contado nossos dias pelo número de almas que conquistamos para a fé, e isto sem falar na grande porção de meninos que os bárbaros nos tem confiado, e que, esperamos em Deus, serão fervorosas ovelhas de seu rebanho. (MAGALHÃES, 1860, p. 18-19).

Para tal fim, os religiosos “procuraram pois a amizade dos indígenas, e sobretudo a dos dois poderosos chefes”, Cay Ubi e Tibiriçá.² A escolha das lideranças como centrais para o projeto catequizador não pode ser ignorada, pois implicava a mobilização de toda uma população para os domínios dos jesuítas. Entre os conversos estão Cai Ubi, Taina e Ina. Os dois primeiros guaianases e Ina, uma indígena carijó, filha de Tubira e deixada aos cuidados do Padre Paiva após a morte do pai.

Inscrevem-se como antagonistas do povoado de S. Paulo e dos jesuítas a comunidade de Santo André e o então chegado fidalgo português Lacerda,

² Na primeira edição: MAGALHÃES. José Vieira Couto de. *Os Guayanazes: conto histórico sobre a fundação de São Paulo*. São Paulo: Typographia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1860. p. 18-19.

acompanhado do luso Pero Lopes, sujeito que serve aos jesuítas nas andanças ao interior, e que ao mesmo tempo nutre sentimentos de oposição à relação jesuítica com os indígenas. A comunidade de Santo André ocupa o lugar de vilão no romance por estar articulada à adoção do indígena como mão de obra escrava, além de prejudicar o crescimento da colônia jesuíta, cujo escopo era a catequização indígena. Em relação às trajetórias de Lacerda e Pero Lopes, embora a narrativa evidencie as posições despreocupadas deles em relação aos indígenas como escravos, ambas se conectam por nutrirem sentimentos lascivos por Ina.

Dada a temática indianista do romance, é natural que sua análise seja mediada pela perspectiva de formação da literatura uma vez que ele está inscrito na convenção romântica de exaltação da cor local na escrita literária.³ Isso porque as personagens e o meio colocados em cena foram considerados significantes da literatura nacional, na esteira da crítica de Ferdinand Denis ([1826] 1968) e Gonçalves de Magalhães (1836). Longe de recusar esse caminho interpretativo, a proposta de análise lê o romance por intermédio da noção de *disjunção*, colocada em pauta pelo professor Luís Gonçalves Bueno de Camargo (2019).

A *disjunção* como perspectiva analítica leva em conta o caráter heterogêneo do Brasil, desviando-se de pensar que o processo formativo do Brasil resultou em um país livre de desigualdades. Logo, a análise disjuntiva da tradição literária brasileira está assentada na maneira como a literatura trata(tratou) ou foi afetada pela marcada desigualdade do país e “permite ver certas demandas específicas de fazer a literatura

³ No Romantismo brasileiro, a cor local se tornou matéria importante para a produção literária desde a década de 1830. Assim, além do evidente favorecimento de temas da paisagem nacional na literatura, as discussões a respeito envolveram também o nativo brasileiro, que figurou ao longo do século XIX como personagem importante de diversos poemas e romances. A figuração do indígena na literatura ficou conhecida como *indianismo*, corrente formulada “nos ideais românticos, em que a personagem indígena estrutura-se sob as condições de herói, multifacetada em virtude do estilo e da ideologia da época” (SANTOS, 2009, p. 19-20). Na ausência de uma Idade Média ao modo europeu, os letrados brasileiros recorreram ao indígena e à paisagem do país para a constituição de uma narrativa do passado brasileiro. Uma análise mais detida sobre estes temas pode ser conferida em LENZ, 2022.

no Brasil” (BUENO, 2019, p. 16). Isso não quer dizer, conforme adverte Luís Bueno, que a análise disjuntiva privilegie apenas “obras que simplesmente tematizem as desigualdades no Brasil, ou as mencionem, mas sim proponha a ideia de que a ficção brasileira foi formalmente afetada por algo que se pode chamar de *disjunção*” (p. 18, alteração nossa). Como exemplo, o professor de literatura brasileira menciona uma cena de *A moreninha* (1844), de Joaquim Manoel de Macedo. Nela, o coração apaixonado de Augusto o impede de estudar e realizar demais atividades, sofrimento amoroso que culmina com agressões ao escravizado Rafael. A cena foi narrada com naturalidade, demonstrando a “insensibilidade” partilhada pelo narrador, circunstância “alimentada pela condição escravocrata” que, para Bueno, é considerada a “marca significativa da disjunção brasileira” que integra o romance, embora não venha a compor a estrutura de *A moreninha* (p. 16–18).

No caso de *Os Guaianases* (1860), a matéria romanesca é o passado colonial de S. Paulo e sua elevação à condição de Vila em meados do século XVI. Nesse processo formativo, o narrador evidenciou certa harmonia entre os indígenas e os jesuítas. Contudo, esse movimento mascara aspectos disjuntivos da sociedade então figurada, porque ignora as tensões e conflitos que marcaram o próprio contato entre indígenas e religiosos. Nesse sentido, ao favorecer o trabalho jesuíta, o narrador demonstra limitação visual e um projeto que apontava para a necessidade da tutela religiosa no meio indígena.

COR LOCAL E A LEITURA ROMÂNTICA DE *OS GUAIANASES* (1860) NO SÉCULO XIX

Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo (1860) é um romance pouco comentado pela historiografia literária. Na segunda metade do século XIX, a circulação de artigos sobre ele foi tímida, sendo localizada apenas a soma de quatro textos críticos na imprensa das províncias de São Paulo e Rio de Janeiro no ano de 1860.

A base argumentativa desses textos situa-se na crítica romântica de formulação da literatura nacional por intermédio da cor local. No periódico santista *O Ytororó*, o artigo subscrito por A. P. S. asseverou que “respira-se, ao percorrer essas páginas, a atmosfera pura e carregada de perfumes acres, mas dilatadores das nossas selvas, e um tom bastante pronunciado, particular à legenda das épocas primitivas da terra brasílica” (A. P. S., 1860, p. 09). Interpretação apresentada também por Francisco Inácio Marcondes Homem de Mello em artigo crítico no jornal carioca *Correio Mercantil*:

Compreendeu-se que o indígena, o símbolo da liberdade, *dessa liberdade tão velha como a terra*; que suas tradições, seus mitos, suas lendas; que essa geração então desconhecida, — o homem primitivo em face do homem transformado pela sociedade; que essas matas virgens, como saíram das mãos do criador, essa nova natureza que assombrava o homem com seus prodígios: tudo isso constituía fonte riquíssima para a poesia e devia ser traduzido por uma nova fórmula literária nos anais da humanidade. (MELLO, 1860, p. 02, grifo nosso).

O trecho mencionado demonstra que Homem de Mello arguiu o romance de Magalhães por intermédio dos preceitos românticos, na esteira dos juízos críticos de Ferdinand Denis, Almeida Garrett e Gonçalves de Magalhães.⁴ Nesse sentido, o crítico reconheceu que Couto de Magalhães aproximou sua escrita literária a *O Guarani* (1857), de José de Alencar, “linda flor americana que o poeta colheu no seio de nossos desertos e transplantou com todo o seu perfume para a literatura. Esse novo gênero é que o Dr. Couto de Magalhães acaba de ensaiar em sua recente produção com o mais feliz sucesso.” (MELLO, 1860, p. 02). Perspectiva reconhecida também pela crítica contemporânea nas palavras do professor David Treece, que disse ser *Os Guaianases* (1860) uma colaboração ao “indianismo literário” na direção de *O Guarani* (1857) (TREECE, 2008).

⁴ Maria Eunice Moreira fez um apanhado das perspectivas a respeito do nacionalismo literário defendido pelos escritores citados. Ver: MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

Privilegiando a perspectiva aberta pelo romance alencariano, Couto de Magalhães situou o enredo de *Os Guaianases* (1860) no período colonial brasileiro, com atenção para o contato entre indígenas, jesuítas e portugueses, aspecto que na leitura de Mathilde (pseudônimo) demonstra que

a nossa civilização é e foi sempre um complexo de elementos mui diversos. Desde o dia em que os portugueses pisaram na terra de Santa Cruz, os costumes bárbaros dos nossos indígenas, debaixo da frondosa árvore da cruz, se confundiram com os costumes civilizados portugueses, e mais tarde com os dos espanhóis, dos franceses e holandeses; a civilização europeia entrava nas matas virgens da América do Sul. (MATHILDE, 1860, p. 140-141).

O reconhecimento de uma proposta que reunia grupos humanos diversos na constituição da *civilização* brasileira, por Mathilde, demonstra que a literatura não estava descolada da produção historiográfica do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), em especial das proposições de Carl Philip Von Martius, expressas em *Como se deve escrever a História do Brasil* (1844).⁵ O próprio título do romance alude à apropriação do passado paulista em seu enredo, o que, nas palavras de Homem de Mello, configuraria um romance histórico “inspirado pelas poéticas tradições dessas velhas gerações que perpassaram nosso solo com seus cânticos de guerra; tomado de respeito ante esses apóstolos venerados da religião que avultam na noite do passado colonial.” (MELLO, 1860, p. 02).

A. P. S. também destacou que o romance se sustenta por “fundo histórico, acuradamente sulcado nos velhos cronistas e fastidiosas memórias sobre a província de S. Paulo” (A. P. S., 1860, p. 09). O escritor utilizou notas durante o romance para mencionar os escritos de Frei Gaspar da Madre de Deus e Padre Simão de Vasconcelos,

⁵ Nesse texto, von Martius defendia que “qualquer que se encarregar de escrever a História do Brasil, país que tanto promete, jamais deverá perder de vista quais os elementos que aí concorreram para o desenvolvimento do homem.” MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. *Como se deve escrever a história do Brasil. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, nº 24, p. 381-403, (1844) 1973, p. 381-382.

citados no paratexto como base para as descrições do passado, visto que sob a ótica da historiografia oitocentista, os testemunhos coloniais poderiam assegurar a credibilidade do conhecimento sobre o passado (CEZAR, 2018). Neste sentido, do ponto de vista metodológico, a apreensão do romance histórico, independentemente de seu contexto de produção, não pode acontecer “al margen de la concepción de la historia y de las formas de escribirla, del conocimiento historiográfico que forma parte de la enciclopedia cultural de sus lectores, y de los sistemas ideológicos” (FERNÁNDEZ PRIETO, 2003, p. 37) que performam a relação entre passado e presente na cultura histórica de determinada sociedade. Ademais, vale mencionar que Couto de Magalhães utilizou o romance, juntamente com “a memória sobre a Revolta de Felipe dos Santos em 1720”, como requisito para viabilizar sua admissão como sócio do IHGB, segundo Danilo José Zioni Ferreti (2004, p. 88).

Portanto, a construção do enredo, por intermédio da apropriação dos elementos do passado paulista por Couto de Magalhães, configurou, na leitura de Homem de Mello, a ação do romance “dentro das regras severas que a crítica prescreve ao romance histórico”, que na acepção do crítico previa *ressuscitar* o passado, ou seja, “reconstruir as feições desbotadas de uma época extinta.” (MELLO, 1860, p. 02). Nesse sentido, o romance se colocava sob a convenção do romance histórico oitocentista, subgênero que impunha certos ordenamentos quanto ao trato da história pela ficção. Assim, segundo György Lukács, “o ficcionista que trabalha com a história não pode manipular o material histórico de maneira arbitrária. Eventos e destinos têm seu peso objetivo natural, sua proporção objetiva natural.” Assim, “o escritor é bem-sucedido ao inventar uma trama que reproduz corretamente essas relações, essas proporções entre os diferentes pesos, eis que surge, com a verdade histórica, a verdade humana e ficcional.” (LUKÁCS, 2011, p. 353).

Nesse sentido, para *ressuscitar o passado*, a matéria histórica apresentada no romance não pode ser considerada como mero pano de fundo, mas constitutiva do meio

e do caráter das personagens. No caso de *Os Guaianases* (1860), o ambiente histórico que afeta a vida das personagens são as tensões decorrentes do processo colonizador português na América.

Como já mencionado, o olhar do narrador utiliza a ótica jesuítica, valorando positivamente o trabalho dos religiosos em detrimento dos colonos de Santo André. Logo, o narrador compartilha da posição do Padre Nunes, que colocava em oposição o trabalho dos jesuítas e dos colonos portugueses ao subtraírem indígenas ao trabalho escravo, enquanto os religiosos davam um tratamento “mais humano” aos nativos. Essa perspectiva é evidente nas relações entre os protagonistas indígenas e os jesuítas, a exemplo da tutela e do carinho entre Ina, Cai Ubi e o Padre Paiva.

No texto “Os Jesuítas”, publicado no periódico *O Regenerador* (1860) e assinado pelo pseudônimo Christão Catholico, o articulista afirmou ser *Os Guaianases* (1860) uma homenagem aos jesuítas, indicando aos “incrédulos que o leiam, e se convençam de que são infundados os terrores, que acompanham sempre ao nome de jesuíta”. A valoração do artigo reside na catequização e condenação da escravidão indígena, origem do “ódio que votavam aos padres jesuítas” os colonos portugueses (CHRISTÃO CATHOLICO, 1860, p. 01-02). Segundo Maria Helena Machado, a valorização do trabalho dos jesuítas com os indígenas era mencionada entre os debates indigenistas como caminho para conduzir as populações nativas à civilização. Logo, a perspectiva de Couto de Magalhães “constituiu uma abordagem importante na defesa da catequese como estratégia civilizadora” (MACHADO, 2005, p. 148) e que será discutida por ele como proposta civilizadora em *Região e Raças Selvagens* (1873).

Portanto, a posição histórica assumida pelo narrador valoriza a comunidade jesuítica de S. Paulo e seu trabalho com os indígenas. Perspectiva que suscita a interpretação de um ideal de conciliação entre indígenas e jesuítas, interpretação que emerge na literatura por meio de José de Alencar e o seu *O Guarani* (1857), cujo enredo conciliou indígenas e portugueses no período colonial. Contudo, como afirmou Alfredo

Bosi, esse processo “viola abertamente a história da ocupação portuguesa no primeiro século” (BOSI, 1992, p. 179), circunstância que evoca a necessidade de ler *Os Guaianases* (1860) sob a noção de disjunção.

RELAÇÕES DISJUNTIVAS ENTRE INDÍGENAS, JESUÍTAS E PORTUGUESES: O CASO DE *OS GUAIANASES* (1860)

A descrição do contato entre indígenas e jesuítas ressalta a positividade e a contribuição dos religiosos, contrastando com os portugueses de Santo André, que almejavam ampliar o trabalho escravo indígena em sua colônia. O narrador confirma o interesse português na mão de obra nativa, alegando que Santo André lançava ódios sobre os de S. Paulo justamente pela oposição jesuíta, como assegura o seguinte trecho:

Enquanto os portugueses que corriam para Santo André procuravam fazer com que os índios trabalhassem como escravos, os jesuítas faziam-nos trabalhar como filhos; enquanto os primeiros procuravam, como que a força introduzir o uso da língua portuguesa, os segundos estudavam a língua do Brasil; não é difícil prever-se a quem caberia a vitória. (MAGALHÃES, 1860, p. 24–25).

Para o narrador, o tratamento distinto dado ao indígena pelos jesuítas asseguraria seu êxito entre essa população. O romance confirma essa posição, já que seu final idílico descreve o casamento de Cai Ubi e Ina sob as benções do cristianismo. Contudo, a descrição romantizada demonstra a naturalização de métodos desculturalizantes por parte dos jesuítas. É sob este prisma que reside o aspecto disjuntivo do romance: a parcialidade do olhar do narrador, que culmina por disfarçar a utilização da força indígena pelos religiosos sob a aparência de “trabalhar como filhos”, expressão que mascara a escravidão indígena ou quando menos o caráter utilitarista do indígena na ótica dos jesuítas. Visão que tentava justificar o trabalho como ferramenta de catequização, muito diferente do narrador de *O Forasteiro* (1856),

que afirmou com todas as letras que “os próprios jesuítas muitas vezes reduziam esses desgraçados à condição de escravos.” (MACEDO, 1856, t. III, p. 125).

A parcialidade do narrador o leva a justificar métodos duros para com os indígenas, sob a impressão de que os esforços dos religiosos contribuía para a civilização dessa população: “O jugo a que submetiam as tribos indianas era severo, mas não cruel: sabiam misturar o trabalho ao divertimento, o esforço ao descanso, o crescimento físico ao desenvolvimento moral” (MAGALHÃES, 1860, p. 25). Aqui o narrador explicita que ao indígena era imposto uma rígida disciplina de trabalho ao mesmo tempo que lhe era permitido praticar algumas de suas atividades: “assim que aos sábados mandavam acender uma grande fogueira no hoje largo do Palácio, faziam tanger a música para que dançassem os selvagens suas danças fanáticas.” (MAGALHÃES, 1860, p. 28). Esse tipo de colocação suaviza o “jugo” imposto pelos jesuítas, o que, por consequência, dá a percepção da necessidade de incutir a lógica do trabalho entre os indígenas como requisito para sua parcial integração à cultura europeia. Todavia, a indução do indígena ao trabalho favorecia os religiosos, no sentido de a manutenção do colégio jesuíta ser realizada pelos nativos, a exemplo da alimentação, como conta o narrador: “Os índios contribuía com a caça para o abastecimento do refeitório. Entre os manjares que o padre Nunes comeu com prazer, segundo reza a tradição, haviam os coxões de porcos do mato, e a tenra e agradável carne das pacas.” (MAGALHÃES, 1860, p. 26).

O caráter religioso da missão jesuítica mascarava interesses temporais, a exemplo da sobrevivência de S. Paulo frente a Santo André, como explicou o narrador: “Os jesuítas, como dizíamos, não podiam ver com bons olhos o aumento da povoação de Santo André, porque essa acarretava o decréscimo de sua colônia, e desde logo determinaram a sua queda.” (MAGALHÃES, 1860, p. 24). Ademais, a preocupação entre os jesuítas, derivada do iminente conflito entre as duas povoações, não dizia respeito à preservação da vida dos indígenas necessariamente, mas sim à sobrevivência do

trabalho religioso, como nos diz o narrador: “Viam claramente que essa guerra ia trazer a morte da disciplina e das práticas religiosas que eles com tanto custo haviam introduzido entre os bárbaros.” (MAGALHÃES, 1860, p. 137).

Portanto, mesmo que colocados em polos opostos pelo narrador, portugueses e jesuítas não se distanciavam em certas posições sobre os nativos, especialmente a ingerência desejada sobre essa população. A leitura do romance permite dizer que as vontades indígenas, quando não aprovadas pelos jesuítas, ocasionavam situações infelizes, como a decisão de Cai Ubi salvar Ina das mãos de seus raptos desacompanhado. Mesmo que tenha conseguido arrebatá-la do quarto que lhe servia de cárcere, o indígena não conseguiu vencer Lopes, escapando de ser aprisionado pela intervenção do Padre Paiva, Taina e de outro indígena, reforços a que o jesuíta aludiu ao advertir que Cai Ubi não partisse sozinho.

No romance, o contato mais próximo com as personagens nativas se dava por intermédio do Padre Paiva, a quem fora confiada a tutela de Ina. Essa relação é emblemática do processo de catequização e ingerência sobre a vida da índia. O pai de Ina confiou a então pequena índia aos cuidados do religioso em seu leito de morte, tanto que foi chamada pelo narrador de “filha adotiva do Padre Paiva”. Contudo, por mais bela que pareça a atitude do religioso, na descrição da relação transparece a vontade imperativa do jesuíta, que entra em conflito com as vontades da índia e de sua mãe, como nos conta o narrador: Ina aprendeu a falar muito bem o português,

não pode, porém, perder o gosto que tinha pela vida livre em que havia passado os primeiros anos de sua mocidade, e sua mãe, que já era um pouco velha, pedia constantemente ao padre que consentisse que sua filha fosse para sua companhia: o grande amor que ele lhe tinha dobrava a tudo, de sorte que, depois de resistir alguns anos, cedeu, porque viu que a saúde de Ina corria sérios perigos. Mandou construir a cabana com que já o leitor fez conhecimento, e vinha aí visitar de quando em quando a filha que Tubira lhe havia confiado. (MAGALHÃES, 1860, p. 40-41).

Como visto, o narrador descreveu que a vontade de Ina apenas se concretizou por intermédio da aprovação do religioso, justificado por um ato de amor, que evidentemente esconde a imisção deste nos rumos da vida desta família indígena. Outro exemplo que se pode dar de circunstância semelhante é o enamoramento de Ina e Cay Ubi. O Padre Paiva desejava unir os dois jovens e o conhecimento do sentimento recíproco entre eles muito lhe foi agradável.

No desenho desse relacionamento, o leitor se depara com trechos que enfatizam a moralidade do casal, que se mantiveram puros mesmo estando sozinhos em passeios na mata, como no seguinte exemplo: “Nesse beijo suas almas confundiram-se, mas seus corpos ficaram ainda virgens.” (MAGALHÃES, 1860, p. 51). Dado que os dois indígenas viviam no espaço do povoado de S. Paulo, possivelmente o leitor inferiu que a permanência dos corpos virgens se deu pelo contato com o catolicismo, o que sugere a ausência de moralidade entre as populações indígenas não catequizadas ou próximas do colégio jesuíta, chamadas pelo narrador de “hordas de selvagens.” (MAGALHÃES, 1860, p. 21). A visão libertina atribuída aos indígenas por muitos cronistas e missionários coloniais e assegurada pelo historiador inglês Robert Southey (1862, t. I, p. 538–539), foi contraposta por José de Alencar em *Ubirajara* (1874), por meio das extensas notas adicionadas como paratexto ao romance, como o pequeno trecho extraído delas: “Os tupis tinham moralidade conjugal, e até muito severa. O adultério era punido de morte; e também por isso permitia-se o divórcio por mutuo consentimento.” (ALENCAR, 1874, p. 173).

Pela narrativa de *Os Guaianases* (1850), o controle dos corpos dos indígenas aconteceu por intermédio do trabalho de evangelização que, gradualmente, incutia no espírito indígena os princípios cristãos e civilizados. Condição que ainda consentia com algumas práticas indígenas, como a benção religiosa dada pelo Padre Paiva ao costume dos indígenas de arremessarem uma pedra marcada ao fundo do rio para ser localizada

como sinal de bom presságio para a guerra. No entanto, a manutenção deste costume só foi permitida pelos religiosos porque atendia aos interesses bélicos lançados contra a população de Santo André; do contrário, os nativos seriam impelidos a abandonar a prática de lançar sortes.

Nesse sentido, os jesuítas, ao mesmo tempo que se preocupavam com a obra da evangelização dos indígenas, demandavam “questões temporais” que a princípio não lhe eram permitidas, como a administração política. Como anota o historiador Rafael Ruiz, “a vida na aldeia era paradoxal e contraditória”, circunstância que introduzia os jesuítas “como outro poder no interior de uma estrutura imperial” (RUIZ, 2004, p. 29). No caso do romance, esse aspecto fica evidenciado nas disputas entre S. Paulo e Santo André e suas acusações contra a gestão jesuítica. Para demonstrar a afetação de tal acusação sobre os religiosos, o narrador deu a palavra ao Padre Nunes que, conhecedor daquela realidade, expressou o seguinte a seu congênere Paiva:

Os nossos inimigos de Santo André têm mandado ao general mil calúnias e infâmias a nosso respeito. Dizem que os padres deste colégio tratam de sublevar os brasis que estão debaixo do poder dele para atrasar a sua colônia, e engrandecer a esta; que o modo pelo qual nós os aqui tratamos mais humano e justo não passa de um cálculo sutil para chamar os de lá os que eles a tanto custo tem amansado: que é um pernicioso exemplo o que damos, tratando aqui os índios como se foram livres; que isso compromete os interesses da colônia, e que estas nações bárbaras, acostumadas a liberdade, em breve se não quererão sujeitar ao jugo português, e que em breve serão talvez massacrados. (MAGALHÃES, 1860, p. 60).

No romance, o estado bélico se deu por duas causas: a preservação da colônia jesuítica e por ofensas aos indígenas de S. Paulo proferidas pelo grupo de Santo André. O primeiro fator já foi aludido no texto nas expressões jesuítas da necessidade de preservar sua colônia. Quanto ao segundo, foi considerado pelo narrador o “pretexto” para a eclosão do conflito:

Comerciavam os índios da aldeia de S. Paulo com os de Santo André; uma tarde em que lá foram alguns, espancaram-nos e, apesar da resistência, prenderam-nos; a

estas seguiram-se outros de sorte que os de S. Paulo ficaram de tal sorte indignados que resolveram levar no sangue a injúria dos seus. (MAGALHÃES, 1860, p. 63).

Sob a ótica indígena, a guerra era justificada pela vingança, elemento integrante da cultura nativa. Contudo, uma leitura do trecho que antecede a citação, demonstra claramente que os ódios indígenas nada mais eram do que um pretexto para a guerra, que tinha sua justificativa real nos choques entre portugueses e jesuítas. Portanto, embora o romance protagonize indígenas, uma parcela importante da sua vida foi decomposta por portugueses e jesuítas, que os utilizaram como ferramentas de interesses, seja para mão de obra, seja para a guerra.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os Guaianases: conto histórico sobre a fundação de S. Paulo (1860), de José Vieira Couto de Magalhães, se coloca como um romance histórico do passado paulista, cujo enredo figura as tensões entre jesuítas e portugueses a respeito da escravização do indígena. Contrários, os jesuítas acusavam os portugueses de Santo André de prejudicar seu trabalho missionário, especialmente porque o tratamento derivado da escravização afastava os indígenas do reduto religioso.

O narrador valorou o trabalho jesuítico em detrimento dos colonos portugueses, sob a alegação de que os indígenas viviam em São Paulo de Piratininga sob o tratamento de “filhos”. Contudo, uma leitura *disjuntiva* do romance demonstra uma proximidade entre jesuítas e colonos no que tange ao trato com as populações nativas. Embora a catequização tenha sido arguida como instrumento de integração, no meio jesuítico, a catequização também representou a utilização da mão de obra indígena para suprir as demandas do colégio.

Nesse sentido, para além do interesse evangelístico, o contato com as populações indígenas atendia aos anseios seculares dos religiosos, como a preservação e a

ampliação do colégio jesuíta, circunstância que traz à tona o caráter político que era travestido de ideais religiosos. Isso fica bastante evidente nas descrições que acompanham o estado bélico entre as povoações, cuja narração aponta para motivações de ódios entre os indígenas, muito embora isso seja suplantado pelo interesse jesuíta.

Portanto, a *disjunção* do romance reside na possibilidade de ler o romance a contrapelo, no sentido de identificar a ambiguidade dos jesuítas no período colonial que, embora condenassem a escravização do indígena, usufruíam de sua mão de obra sob a roupagem da catequização, de modo que as atividades laborais de manutenção do colégio eram realizadas pelos nativos.

REFERÊNCIAS

A.P.S. Os Guaianases: Conto histórico sobre a fundação de S. Paulo, pelo sr. Dr. J. V. Couto de Magalhães. *O Ytororó. Jornal científico, político, literário e artístico*. Santos, 01 abr. 1860, p. 09.

ALENCAR, José de. *Ubirajara*: lenda tupi. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1874.

BOSI, Alfredo. *Dialética da Colonização*. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira*: momentos decisivos. 6ª ed. Belo Horizonte: Ed. Itatiaia, 1981.

CEZAR, Temístocles. *Ser historiador no século XIX: o caso Varnhagen*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018.

CHRISTÃO CATHOLICO. Os Jesuítas. *O Regenerador*, Rio de Janeiro, 07 jul. 1860, p. 01-02.

CAMARGO, Luís Bueno de. Literatura brasileira e disjunção: cegueira social em “Evolução”, de Machado de Assis. *Machado de Assis em Linha*, São Paulo, v. 12, nº 28, p. 13–24, dezembro 2019.

DENIS, Ferdinand. *Resumo da História Literária do Brasil*. Porto Alegre: Lima, 1968.

DIAS, Gonçalves Antônio. O canto do piaga. In: DIAS, Gonçalves Antônio. *Primeiros Cantos*: poesias. Rio de Janeiro: Em Casa de Eduardo e Henrique Laemmert, 1846. p. 18-19.

FERNÁNDEZ PRIETO, Célia. *Historia y novela: poética de la novela histórica*. 2ª ed. Navarra: Ediciones Universidad de Navarra, S. A., 2003.

FERRETI, Danilo José Zioni. *A construção da paulistanidade: identidade, historiografia e política em São Paulo (1856-1930)*. 2004. 398 f. Tese (Programa de Pós-graduação em História Social). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2004.

LENZ, Thiago. *Um etnógrafo de gabinete: a ficcionalização do indígena em Ubirajara (1874)*, de José de Alencar. 2022. 175 f. Dissertação (Mestrado em Letras) — Programa de Pós-Graduação em Letras, Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2022.

LITTERATUA e Belas-Artes. Walter Scott. *A Época: jornal de indústria, ciências, literatura*, Lisboa, ano 1848, nº 13, p. 198-200, 1848, p. 198.

LUKÁCS, György. *O romance histórico*. São Paulo: Boitempo, 2011.

MACEDO, Joaquim Manoel de. *O Forasteiro*. 2ª ed. Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1856. t. III.

MACHADO, Maria Helena. *Brasil a vapor: raça, ciência e viagem no século XIX*. 2005. 255 f. Tese (Livredocência). Departamento de História, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2005.

MAGALHÃES, Domingos José Gonçalves de. Ensaio sobre a história da literatura do Brasil. *Niterói, Revista Brasiliense*, Paris, t. 1, n. 1, p. 131-159, 1836.

MAGALHÃES, José Vieira Couto de. Ensaio de Antropologia. Região e raças selvagens. *Revista Trimensal do Instituto Histórico Geográfico e Etnográfico do Brasil*, Rio de Janeiro, t. XXXVI, p. II, p. 359-516, 1873.

_____. *Os Guaianazes: conto histórico sobre a fundação de São Paulo*. São Paulo: Tipografia Imparcial de Joaquim Roberto de Azevedo Marques, 1860.

MARTIUS, Carl Friedrich Phillip von. Como se deve escrever a história do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro*. Rio de Janeiro, t. 6, nº 24, p. 381-403, (1844) 1973.

MATHILDE. Carta de Mathilde à sua amiga a *O Lírio: jornal de variedade dedicado às famílias*, nº 11 e 12, p. 18-28, 15 e 30 nov. 1860.

MELLO, F. I. M. Homem de. Os Guaianazes: conto histórico pelo Dr. José Vieira Couto de Magalhães (Notícia literária). *Correio Mercantil*, Rio de Janeiro, 16 ago. 1860, p. 02.

MOREIRA, Maria Eunice. *Nacionalismo literário e crítica romântica*. Porto Alegre: IEL, 1991.

RUIZ, Rafael. *Colonos e jesuítas no planalto: a força dos usos e costumes na Vila de São Paulo*. In: CAMARGO, Ana Maria de Almeida (coord.). *São Paulo, uma longa história*. São Paulo: CIEE, 2004. p. 13-38.

SANTOS, Luzia Aparecida Oliva dos. *O percurso da indianidade na literatura brasileira: matizes da figuração*. São Paulo: Cultura Acadêmica, 2009.

TREECE, David. *Exilados, aliados, rebeldes*: o movimento indianista, a política indigenista e o estado-nação imperial. São Paulo: Nankin: Edusp, 2008.

Recebido em: 04/03/2022

Aceito em: 09/08/2022